



Câmara Municipal de Vereadores

Rua Eliseu Orlandini, 51 - CEP 95735-000

Roca Sales - RS - Fone: (51) 3753.2731

CONTRATO Nº 004/17-CMV

PRIMEIRO CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE ROCA SALES, PODER LEGISLATIVO, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 17.297.096/0001-02, sita à Rua Eliseu Orlandini, nº 28, cidade de Roca Sales, RS, neste Ato representado pelo Presidente da Câmara de Vereadores, senhor GIOVANI BRONCA, brasileiro, maior, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, nº 570, Município de Roca Sales, RS, portador do CPF nº 738.071.250-00 e Carteira de Identidade nº 8061025287, doravante denominado simplesmente de **PODER LEGISLATIVO**.

SEGUNDO CONTRATANTE: DELEGAÇÕES DE PREFEITURAS MUNICIPAIS LTDA., pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 92.885.888/0001-05, com sede na Avenida Pernambuco, nº 1001, Bairro Navegantes, cidade de Porto Alegre, neste ato representada pelos seus Sócios Diretores, senhor ARMANDO MOUTINHO PERIN, brasileiro, advogado, residente e domiciliado na Rua da República, nº 338, Apto 306, cidade de Porto Alegre, inscrito na OAB/RS sob nº 41.960, portador do CPF nº 601.741.370-87 e Carteira de Identidade nº 103.743.781-9 e senhor JÚLIO CÉSAR FUCILINI PAUSE, brasileiro, advogado, residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, nº 266, Apto. 404, cidade de Porto Alegre, inscrito na OAB/RS sob nº 47.013, portador do CPF nº 726.667.650-91 e Carteira de Identidade nº 101.701.041-2, doravante denominada simplesmente de **DPM**,

Declaram por este instrumento e na melhor forma de direito, terem justos e acertados entre si o presente Contrato de licença de uso, com fundamento no art. 25, caput e inciso I, da Lei nº 8.666/1993, tendo em vista as razões constantes no processo administrativo de **Inexigibilidade de Licitação nº 001/17**, que se regerá pelas Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO:

01.01 - O objeto do presente contrato é a licença de uso do PORTAL LEGISLA WEB (www.legislaweb.com.br/rs), para acesso a sua plataforma digital de dados, composta de modelos normativos (anteprojotos de lei, decretos e resoluções), boletins técnicos informativos, modelos de editais de licitação, de contratos administrativos e de convênios, modelos de atos administrativos diversos, além de amplo acervo de informações técnicas de conteúdo jurídico, administrativo, legislativo, orçamentário e contábil, elaborados pela DPM. Subsidiariamente, o presente contrato compreende ainda consultoria técnica especializada nas áreas jurídica, administração de pessoal, orçamentária, contábil e legislativa.

01.02 - O acesso ao PORTAL LEGISLA WEB é limitado, conforme plano contratado.
www.rocasales-rs.com.br - e-mail: secretaria@camara-rocasales.com.br



Câmara Municipal de Vereadores

Rua Eliseu Orlandini, 51 - CEP 95735-000

Contrato nº 004/17-CMV - 2

Roca Sales - RS - Fone: (51) 3753.2731

- 01.03 - O presente contrato não inclui quaisquer serviços de treinamento, elaborações de projetos, editais ou contratos para o **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO**, bem como qualquer outro serviço eventualmente realizado pela DPM, a exceção das hipóteses previstas no **item 01.04** e seus subitens.
- 01.04 - O **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO** terá direito ainda, em razão do presente contrato, aos seguintes benefícios e serviços:
- 01.04.1 - Descontos nas inscrições de treinamentos presenciais promovidos pela DPM Educação;
- 01.04.2 - Descontos de até 20% (vinte por cento), na aquisição de obras da DPM PN Publicações;
- 01.04.3 - Suporte técnico "on-line" e telefônico para resolução de problemas e para o adequado uso do Portal Legisla WEB;
- 01.04.4 - Consultoria técnica nas áreas jurídica, orçamentária, contábil, organização administrativa, de pessoal e legislativa, na **forma telefônica e presencial** acerca de dúvidas ou questões técnicas a serem enfrentadas pelo **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO**;
- 01.04.5 - Consultoria técnica nas áreas jurídica, orçamentária, contábil, organização administrativa, de pessoal e legislativa, **na forma escrita, limitado a análise e elaboração de até 05 (cinco) respostas escritas no formato eletrônico (e-mail) mensais**, não cumulativas.

CLÁUSULA 2ª - ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA:

- 02.01 - Os serviços de CONSULTORIA JURÍDICA consistirão no exame e orientação legal de casos concretos, compreendendo a gestão pública municipal em geral e, em especial, as áreas de direito constitucional, administrativo e tributário.
- 02.02 - Nos serviços de CONSULTORIA JURÍDICA não se inclui a representação do **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO** em juízo, quer seja autor, réu ou de qualquer forma interessado.
- 02.03 - Os serviços de CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL compreenderão o atendimento de consultas referentes a casos concretos em relação aos servidores municipais face às Constituições e demais leis aplicáveis.
- 02.04 - Os serviços de CONSULTORIA ORÇAMENTÁRIA compreenderão orientação técnico-legal ao **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO** na elaboração de suas leis orçamentárias e o modo de sua execução.
- 02.05 - Os serviços de CONSULTORIA CONTÁBIL consistirão na orientação legal de escrituração contábil da receita e despesa, orientação na área de escrituração do patrimônio e na organização dos sistemas de controle interno.
- 02.06 - Os serviços de CONSULTORIA LEGISLATIVA compreenderão pesquisa legislativa, reprodução e remessa de textos legais federais e estaduais, quando solicitados; análise, à luz das Constituições Federal e Estadual, de emendas à Lei Orgânica, de projetos de lei, de decretos, de decretos legislativos, de resoluções e orientação sobre o processo legislativo municipal, em suas diferentes fases.
- 02.07 - Auxílio na elaboração de esclarecimentos para subsidiar o **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO**, nos apontamentos do Tribunal de Contas do Estado do RS, oriundos das contas anuais da Câmara Municipal, observada a previsão contida no **item 02.02**.



Câmara Municipal de Vereadores

Rua Eliseu Orlandini, 51 - CEP 95735-000

Roca Sales - RS - Fone: (51) 3753.2731

Contrato nº 004/17-CMV - 3

CLÁUSULA 3ª - DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA:

- 03.01 - Os serviços serão prestados em função das necessidades do **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO**, manifestadas mediante solicitação eletrônica à DPM.
- 03.02 - O **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO**, se desejar manifestação escrita da DPM, formalizará, por meio do Portal Legisla WEB, a(s) consulta(s), especificando a matéria a ser examinada e os fatos relevantes que a cerquem.
- 03.02.1 - As consultas deverão ser firmadas, necessariamente, pelo Presidente do **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO**, ou por assessores e servidores expressamente autorizados para tanto.
- 03.02.2 - A DPM poderá solicitar a complementação dos dados e informações que julgar necessárias, como condição para o atendimento das consultas.
- 03.02.3 - A DPM obriga-se a atender com eficiência e presteza as solicitações que lhe forem encaminhadas pelo **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO**.
- 03.03 - O **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO**, ao solicitar a prestação de serviços, indicará o prazo limite para o atendimento, em casos de extrema urgência.
- 03.04 - As respostas às consultas formuladas serão endereçadas ao Presidente do **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO**, independentemente de quem as tenha solicitado.
- 03.05 - Os estudos realizados pela DPM (pareceres, informações etc.) poderão ser utilizados no atendimento a consultas de outros clientes e em publicações técnicas.
- 03.06 - Sempre que determinada consulta envolver interesse de dois órgãos que mantenham contrato com a DPM, os estudos elaborados serão enviados a ambos.
- 03.07 - Sempre que o **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO** necessitar de auxílio para elaboração de esclarecimentos aos apontamentos do Tribunal de Contas do Estado do RS, na forma do **item 02.07**, deverá encaminhar à DPM, imediatamente, todos os elementos pertinentes aos apontamentos (sumário dos fatos, cópia dos documentos pertinentes, etc.), a fim de viabilizar, em tempo hábil, a adequada análise e elaboração dos esclarecimentos necessários.

CLÁUSULA 4ª - PLANO CONTRATADO:

- 04.01 - O plano mensal contratado para acesso é o **LEGISLA WEB 4**, a seguir detalhado:

Categoria de Dados Disponíveis	Taxa de Acesso Mensal
- Anteprojeto de Leis	5
- Anteprojeto de Decretos	5
- Anteprojeto de Resoluções	5
- Atribuições de Cargos Públicos	5
- Boletins Técnicos	Ilimitado
- Informações Técnicas	30
- Minutas de Editais	2
- Minutas de Contratos Administrativos	2
- Minutas de Convênios	2
- Artigos Técnicos	Ilimitado
- Minutas Diversas	5
- Calendário de Obrigações Municipais	Ilimitado

www.rocasales-rs.com.br - e-mail: secretaria@camararocasales.com.br



Câmara Municipal de Vereadores

Rua Eliseu Orlandini, 51 - CEP 95735-000

Roca Sales - RS - Fone: (51) 3753.2731

Contrato nº 004/17-CMV - 4

- 04.02 - A taxa de acesso é mensal, sendo que a sua não utilização completa não gera qualquer direito a cumulação dos acessos para os meses subsequentes ou abatimento no preço contratado.
- 04.03 - A taxa de acesso é fixada por categoria de dados disponibilizados de acordo com o plano contratado, não se admitindo transferências entre categorias.
- 04.04 - O alcance da taxa mensal de acesso implicará no imediato bloqueio dos downloads na respectiva categoria até o mês subsequente, sem possibilidade de acréscimos.
- 04.05 - Para todos os fins deste contrato, o mês considera-se aquele fixado no ano-calendário civil.
- 04.06 - A qualquer tempo, havendo interesse de ambas as partes, é possível a migração para outro plano de acesso de PORTAL LEGISLA WEB, mediante termo de aditamento ao presente contrato.

CLÁUSULA 5ª - ACESSO AO PORTAL:

- 05.01 - O acesso ao conteúdo do portal será feito exclusivamente por meio do usuário e da senha disponibilizados pela DPM ao **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO**.
- 05.02 - O usuário e a senha serão reservados e limitados ao uso do **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO**, sendo deste a responsabilidade de preservar o seu sigilo e o adequado uso, devendo comunicar imediatamente à DPM o seu extravio ou comprometimento do sigilo.
- 05.03 - Será encaminhado pela DPM ao endereço do **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO** indicado no preâmbulo, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da assinatura do presente contrato, o cartão de acesso ao portal, contendo o usuário e a senha do **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO**, bem como material informativo sobre o conteúdo do PORTAL LEGISLA WEB.
- 05.04 - O usuário e senha também poderão ser encaminhados por e-mail, a ser formalmente indicado pelo **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO**, no mesmo prazo previsto no item 05.03.
- 05.05 - A DPM não se responsabiliza por eventual falta de acesso ao portal em razão de problemas nos equipamentos do **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO**, na internet ou por qualquer outro fator que não seja de sua exclusiva culpa.
- 05.06 - Havendo falta de acesso ao portal por exclusiva responsabilidade da DPM, haverá o proporcional abatimento no preço, a ser calculado *pro rata die*, conforme comunicação a ser enviada ao **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO**.
- 05.07 - A DPM se reserva o direito de interromper o acesso ao portal por até 05 (cinco) dias, sucessivos ou não, a cada período de 1 (um) ano, para realização de atualizações no sistema e no seu banco de dados, devendo comunicar ao **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO** o fato com 10 (dez) dias de antecedência, sem que incida o disposto no item 05.06.
- 05.08 - O atraso no pagamento pelo **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO** autoriza a imediata suspensão do usuário e da senha até a sua regularização.

CLÁUSULA 6ª - SUPORTE TÉCNICO:

- 06.01 - A DPM deverá garantir ao **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO** suporte técnico "on-line" e por telefone, de segunda à sexta-feira, das 9h às 12h, no turno da manhã, e das 13h30min às 17h 30min, no turno da tarde, exceto nos feriados nacionais, do Estado do Rio Grande do Sul e do Município de Porto Alegre/RS.
- 06.02 - O suporte técnico se refere exclusivamente ao acesso ao portal e às suas funcionalidades, não abrangendo qualquer atividade relativa aos equipamentos e aos servidores municipais.

www.rocasales.rs.com.br e mail: secretaria@camararocasales.com.br



Câmara Municipal de Vereadores

Contrato nº 004/17-CMV - 5

Rua Eliseu Orlandini, 51 - CEP 95735-000

Roca Sales - RS - Fone: (51) 3753.2731

- 06.03 - O suporte técnico on-line será realizado diretamente no site do PORTAL LEGISLA WEB (www.legislaweb.com.br/rs).
- 06.04 - O suporte técnico por telefone será realizado exclusivamente no número a seguir ou outro que a DPM venha a indicar: (51) 3093-2410.
- 06.05 - As eventuais ponderações/reclamações deverão ser realizadas via e-mail no seguinte endereço eletrônico: atendimento@legislaweb.com.br.

CLÁUSULA 7ª - PREÇO E PAGAMENTO:

- 07.01 - Pela licença de uso do PORTAL LEGISLA WEB, conforme o plano constante no **item 04.01**, o **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO** pagará à DPM o valor mensal de **R\$ 1.050,00** (um mil e cinquenta reais).
- 07.02 - O pagamento será realizado por meio de boleto bancário, no primeiro dia do mês subsequente ao da prestação de serviços, havendo tolerância de prazo até o dia 10 (dez) do mês, sem a incidência dos acréscimos previstos no item 07.03.
- 07.03 - Havendo atraso no pagamento, o valor devido será devidamente corrigido pelo IGP-M, bem como será acrescido de multa de 2% (dois por cento) e de juros de 1% ao mês, até o efetivo pagamento, sem prejuízo do disposto no **item 05.08**.
- 07.04 - No caso de impontualidade no pagamento dos valores ajustados neste contrato, o acesso ao Portal Legisla WEB e seu serviço de suporte técnico previsto na cláusula primeira ficará suspenso, mantendo-se por até 90 (noventa) dias o atendimento do MUNICÍPIO exclusivamente verbal.
- 07.05 - Se após o decurso do prazo previsto no **item 07.04** não for regularizado o pagamento das parcelas vencidas, haverá suspensão integral ou a rescisão contratual, a critério da DPM.
- 07.06 - Em caso de prorrogação contratual, na forma do **item 08.01**, o valor contratado será reajustado anualmente pela variação positiva da média acumulada dos **índices IGP-M, INPC e IPCA**.
- 07.07 - As despesas decorrentes desse contrato correrão por conta de dotação orçamentária própria, já prevista no orçamento do presente exercício, como segue:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2001 - Manutenção das Atividades da Câmara

3390.39.00.00.00 - Outros Serviços Terceiros - P. Jurídica (1106)

CLÁUSULA 8ª - VIGÊNCIA:

- 08.01 - O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado por até iguais e sucessivos períodos, até o limite de **60 (sessenta) meses**.

CLÁUSULA 9ª - DIREITO AUTORAL:

- 09.01 - Ficam reservados à DPM todos os direitos autorais do banco de dados e da tecnologia do PORTAL LEGISLA WEB, que é de sua propriedade exclusiva, nos termos dos registros de marca e de tecnologia junto ao INPI, sob os nos 904.225.801 e 12689-5.
- 09.02 - O conteúdo do portal é para uso exclusivo do **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO** no cumprimento das suas atribuições constitucionais e legais, devendo sempre ser indicada a fonte em eventuais reproduções ou citações.

CLÁUSULA 10 - RESCISÃO CONTRATUAL:

www.rocasales-rs.com.br e e-mail: secretaria@camararocasales.com.br



Câmara Municipal de Vereadores

Contrato nº 004/17-CMV - 6

Rua Eliseu Orlandini, 51 - CEP 95735-000

Roca Sales - RS - Fone: (51) 3753.2731

10.01 - Constituem motivo para a rescisão contratual pelo **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO**:

- 10.01.1 - a inexecução total ou parcial do contrato, conforme **item 10.02**;
- 10.01.2 - a perda das condições habilitação, conforme **item 10.03**;
- 10.01.3 - a alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da DPM, que prejudique a execução do contrato;
- 10.01.4 - razão de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificada e determinada pelo Presidente do **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO**, em processo administrativo;
- 10.02 - Para fins do disposto no **item 10.01**, considera-se inexecução total do contrato a indisponibilidade do sistema ao **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO** por prazo superior a 10 dias, e inexecução parcial a ausência de suporte técnico, por todos os meios previstos nos **itens 06.01 a 06.04**, por prazo superior a 05 dias.
- 10.03 - Constituem motivo para a rescisão contratual pela DPM:
 - 10.03.1 - a suspensão da execução do contrato, por ordem escrita do **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias consecutivos ou não;
 - 10.03.2 - atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos, sem prejuízo do disposto no **item 05.08**;
- 10.04 - O contrato poderá ser rescindido de forma amigável quando houver mútuo interesse, bem como na ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

CLÁUSULA 11 - PENALIDADES:

- 11.01 - O **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO** poderá aplicar a penalidade de advertência nas seguintes hipóteses:
 - 11.01.1 - atraso no encaminhamento do usuário e senha previsto no **item 05.03**;
 - 11.01.2 - indisponibilidade do acesso ao portal para atualizações nos sistema e no seu banco de dados sem comunicação prévia ao **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO** ou desrespeitando o prazo previsto no **item 05.06**;
 - 11.01.3 - ausência de suporte técnico por um dos meios previstos nos **itens 06.01 a 06.04**, por prazo superior a 05 (cinco) dias.
- 11.02 - O **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO** poderá aplicar a penalidade de multa de 2% (dois por cento) na hipótese de ausência suporte técnico por ambos os meios previstos nos **itens 06.01 a 06.04**, por prazo superior a 05 (cinco) dias, sem prejuízo do disposto nos **itens 10.01.1 e 10.02**.
- 11.03 - O **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO** poderá aplicar a penalidade de multa de 2% (dois por cento) na hipótese indisponibilidade de acesso ao sistema, pelo prazo de até 05 (cinco) dias.
- 11.04 - O **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO** poderá aplicar a penalidade de multa de 5% (cinco por cento) na hipótese indisponibilidade de acesso ao sistema, por prazo superior a 10 (dez) dias, sem prejuízo do disposto nos **itens 10.01.1 e 10.2**.
- 11.05 - O **MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO** estará sujeito a aplicação de multa de 10% (dez por cento), sem prejuízo de indenização de eventuais danos patrimoniais e morais que tenha dado causa, em caso de descumprimento do disposto nos **itens 09.01 e 09.02**.

CLÁUSULA 12 - FORO:

www.rocasales-rs.com.br - e-mail: secretaria@camararocasales.com.br



Câmara Municipal de Vereadores

Contrato nº 004/17-CMV - 7

Rua Eliseu Orlandini, 51 - CEP 95735-000

Roca Sales - RS - Fone: (51) 3753.2731

12.01 - As partes elegem o foro da Comarca de Encantado para dirimir os conflitos decorrentes da execução do contrato.

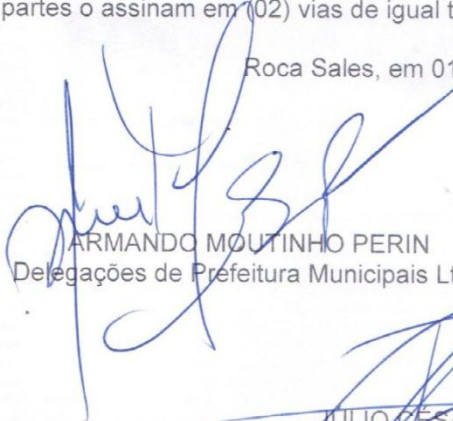
CLÁUSULA 13 - DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.01 - O contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

13.02 - O contrato está vinculado aos termos do processo de **Inexigibilidade nº 001/17**.

Por estarem de acordo com os termos do presente contrato, as partes o assinam em (02) vias de igual teor.


Roca Sales, em 01 de junho de 2017.


ARMANDO MOUTINHO PERIN
Delegações de Prefeitura Municipais Ltda



GILVANI BRONCA
Presidente da Câmara Municipal


JULIO CESAR FUCILINI PAUSE
Delegações de Prefeitura Municipais Ltda

APROVO O PRESENTE INSTRUMENTO DE
CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº
8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.


DORLY JOSÉ GIONGO
Assessor Jurídico

TESTEMUNHAS: 
JÚLIA WIRTTI FUSSIEGER
CPF: 005.067.420-08


GILMAR LUIZ FIN
CPF: 298.416.400-82